

Sindicalistas lutarão contra o monopólio

SERVIÇO LOCAL
AGÊNCIA ESTADO

Dirigentes dos sindicatos dos combustíveis decidiram iniciar um trabalho corpo a corpo com os parlamentares, para que seja revogada a emenda que institui o monopólio dos derivados do petróleo, aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. A emenda deve ser revogada porque, na opinião dos sindicalistas, pode provocar o desaparecimento de cerca de dez mil dos 21 mil postos de gasolina e desempregar cem mil funcionários.

A emenda, segundo o presidente da Fecombustíveis, Luiz Gil Sluffo Pereira, não atingirá apenas o capital estrangeiro: "É uma ameaça a todo o setor, que funciona bem há 75 anos". Sluffo esteve reunido ontem, em São Paulo, com 26 presidentes de sindicatos e representantes do setor no interior para examinar os efeitos da emenda para os postos de gasolina.

Para o presidente da Fecombustíveis, a nacionalização da distribuição de combustíveis ocorre num momento em que o empresariado dificilmente terá condições de investir US\$ 2 bilhões na compra do acervo das companhias distribuidoras. "O resultado óbvio será a estatização e absorção dessas empresas pela Petrobrás, o que obrigará a economia brasileira a pagar vultosas indenizações."

Atualmente, a distribuição de combustível é feita por quatro empresas multinacionais (Shell, Esso, Texaco e Atlantic, com uma participação no mercado de 20%, 15%, 9% e 8%, respectivamente). Das quatro empresas brasileiras, a Petrobrás é a que detém a maior fatia: 40%. A Ipiranga tem 10%; a São Paulo e a Hudson têm, cada uma, 1%.

Segundo o presidente da Fecombustíveis, a participação da Petrobrás chegou a 40% em função de "competência, sem investimentos", e pode continuar a crescer livremente, dentro das regras de mercado. Ele cita também o exemplo da São Paulo, que, criada em 77, "está em franca expansão, o que significa que o mercado pode ser disputado". Exemplos dos problemas criados com a nacionalização também são muitos, diz ele, citando os casos do Peru, onde a nacionalização reduziu em um terço o número de postos, e do México, onde a estatização acabou com os salários dos trabalhadores, que agora vivem de gorjetas.

Frente a essas ameaças, os donos de postos chegaram inclusive a pensar em um dia de paralisação de vendas, como forma de protesto, idéia que, entretanto, "deve ser mais estudada", disse Sluffo. O que começa já é o trabalho dos dirigentes sindicais junto aos parlamentares. Para o presidente da Fecombustíveis, a solidariedade do setor às multinacionais ocorre porque há "cruzamento de interesses". Para revogar a emenda, que classifica de "equivocada", ele revelou que as multinacionais também farão um trabalho junto aos parlamentares.

"ESCLARECIMENTO"

Em Brasília, o deputado Fernando Santana (PCB-BA), autor da emenda que transforma a distribuição de derivados do petróleo em monopólio da União, fez ontem um "esclarecimento", no plenário da Câmara, sobre o conteúdo dessa emenda. A medida, segundo ele, não atinge os postos de gasolina que, na sua opinião, "podem ficar tranquilos". As empresas que possuam vários postos de gasolina, explicou o deputado, podem formar sua própria distribuidora.